

1  
2 **PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA**  
3 **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL (DIT)**

4 **Ata número quatro**

5 No dia 25 de maio de 2016, nas instalações da Câmara Municipal de Cascais, pelas 10h30,  
6 reuniu o júri designado por deliberação da Câmara Municipal de 7 de setembro de 2015, em  
7 conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 82-  
8 B/2014, de 31 de Dezembro, que procedeu à adaptação à administração local do Estatuto do  
9 Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pelas  
10 Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de  
11 abril, n.º 64/2011, de 22 de dezembro, Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e n.º 128/2015, de 3  
12 de setembro, para o procedimento concursal de seleção para o cargo de Direção Intermédia  
13 de 1.º grau, Diretor do Departamento de Intervenção Territorial (DIT), estando presentes,  
14 Alexandra Duarte, Diretora de Serviços, na qualidade de Presidente do Júri, e os vogais Filipe  
15 Miguel Cruz Queirós Nascimento, Diretor Municipal, e Miguel Maria Horta Costa Arrobas Silva,  
16 Diretor Municipal, para:

- 17 1. Aplicar a fórmula de classificação final;  
18 2. Proceder à proposta de designação.

19  
20 **I- Classificação Final**

21 Aplicada a ponderação a cada método, prevista na ata n.º 1, resultou a classificação final dos  
22 candidatos, que se encontra, também, anexa à presente ata e que dela faz parte integrante  
23 (ANEXO I).

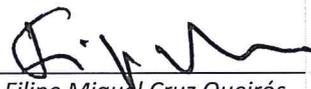
24  
25 **II- Proposta de designação**

26  
27 Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual  
28 redação, e considerando os resultados obtidos pelos candidatos, e que esses refletem a  
29 adequação ao perfil exigido, a *“competência técnica e aptidão para o exercício de funções de*  
30 *direção”*, deliberou o júri propor a designação do candidato **Eduardo Magalhães Cruz** como  
31 Diretor do Departamento de Intervenção Territorial (DIT).

32 Em anexo se apresenta proposta de designação com a respetiva fundamentação (ANEXO II).

33  
34 25 de maio de 2016

35 O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
 Alexandra Duarte	 Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento	 Miguel Maria Horta Costa Arrobas Silva

36

37



38

**ANEXO I**

39

40

**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

41

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA**

42

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL (DIT)**

43

<b>NOME</b>	<b>AVALIAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>ENTREVISTA PÚBLICA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO FINAL</b>
<b>Eduardo Magalhães da Cruz</b>	18,000	20,000	19,400
<b>José António Sequeira Rodrigues Sobreiro</b>	14,200	15,000	14,760

44



45

ANEXO II

46

47

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

48

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA

49

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL (DIT)

50

51 Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual  
52 redação, e considerando que:

53 O júri do procedimento concursal para o provimento do titular do cargo de Diretor do  
54 Departamento de Intervenção Territorial (DIT) definiu na sua Ata n.º 1 os critérios de seleção a  
55 considerar na avaliação das competências técnicas e comportamentais;

56 As competências técnicas foram avaliadas em sede de “Avaliação Curricular”, relevando para  
57 aquelas, as habilitações académicas, a experiência profissional em funções técnicas e em  
58 funções de coordenação ou direção, e a formação profissional em áreas técnicas e de  
59 gestão/direção relevantes para o exercício do cargo;

60 A “*aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo*” foi aferida pelas  
61 competências comportamentais previamente definidas, e que estas foram alvo de avaliação no  
62 método de seleção “Entrevista Pública”;

63 O candidato **Eduardo Magalhães Cruz** possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo  
64 12º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro  
65 alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para o provimento do  
66 referido cargo;

67 O referido candidato revelou, de entre os candidatos admitidos à Entrevista Pública, possuir  
68 relevante competência técnica, na área de atividade das atribuições da Unidade Orgânica em  
69 causa, especificamente no que concerne à contratação pública no âmbito de empreitadas  
70 públicas e na área de projetos de obras públicas, adquirida e desenvolvida ao longo da sua  
71 experiência profissional, bem como experiência anterior em funções semelhantes, e  
72 qualificação académica e profissional adequada e significativa para o exercício das funções  
73 inerentes ao cargo a prover;

74 O candidato **Eduardo Magalhães Cruz**, revelou aptidão para o exercício do cargo,  
75 manifestando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências  
76 profissionais, uma elevada capacidade de Análise e Sentido Crítico e Orientação para  
77 Resultados, elevada capacidade para Planear e Organizar as atividades, Liderar, Cooperar e  
78 Representar a Instituição, evidenciando, também, uma elevada Tolerância à Pressão e  
79 Contrariedades;

80 Aplicados os métodos de seleção, o candidato obteve a melhor valoração na classificação final  
81 – 19,400 valores;

82 Se prevê, face ao supra indicado e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção  
83 aplicados, uma elevada capacidade de adaptação ao cargo, bem como um desempenho de  
84 qualidade no exercício das funções a esse inerentes;

85 Propõe-se a designação do candidato **Eduardo Magalhães Cruz** para Diretor do Departamento  
86 de Intervenção Territorial (DIT) , cuja síntese curricular se apresenta infra.

87

88

**Síntese Curricular**

89 **Eduardo Magalhães Cruz** é Engenheiro Civil, licenciado pelo Instituto Superior Técnico, desde  
90 1989. Imediatamente após a conclusão da sua licenciatura iniciou funções como Engenheiro  
91 Projetista. Durante 10 anos fez o acompanhamento de obras em Empresa de Construção.  
92 Desenvolveu atividade na Câmara Municipal de Cascais, desde 1993, onde ingressou como  
93 Engenheiro Civil. Foi nomeado coordenador, em 2000, do Gabinete de Projeto de Edifícios  
94 Municipais. Em 2005 foi nomeado Chefe da Divisão de Projetos e Edifícios Municipais. Em 2010  
95 foi nomeado para o cargo de Diretor do Departamento de Obras Municipais. Já em 2014, foi  
96 nomeado para o cargo de Diretor do Departamento de Intervenção Territorial.

97 Durante a sua atividade recebeu louvores e reconhecimentos públicos.

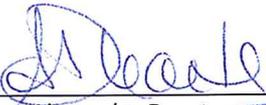
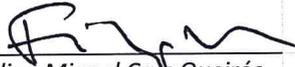
98 No que respeita à formação profissional, detém cursos em várias áreas do Saber,  
99 designadamente informática, Engenharia Civil, Construções e Empreitadas, Gestão de Projetos,  
100 Segurança e Saúde na Construção Cível, Avaliação do Desempenho, Inspeção e fiscalização,  
101 Segurança contra Incêndios, Contratação Pública e Formação de Dirigentes (GEPAL).

102

103

104 25 de maio de 2016

105 O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
 Alexandra Duarte	 Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento	 Miguel Maria Horta Costa Arrobas Silva

106

107